

# Eleições talvez só em 94

Jorge Heitor\*

Público  
31/10/92

**S**ó aparentemente é que as conversações esta semana em curso em Maputo, entre o Governo moçambicano e a Renamo, estão a andar bem, pois que por trás se notam as velhas desconfianças e as divergências em questões de pormenor que tão difícil tornaram chegar-se a um Acordo Geral de Paz, finalmente assinado em 4 de Outubro.

Diz-se no protocolo V apenas a tal Acordo que as eleições da Assembleia da República e do Presidente serão realizadas em simultâneo, dentro de um ano. Mas os trabalhos de aplicação do mesmo estão a registar um certo atraso e um grupo interministerial já alertou para a possibilidade de o acto eleitoral não se poder efectuar antes de Abril de 1994.

Tendo até em conta a experiência angolana, onde 16 meses não foram suficientes para preparar eleições que decorressem em moldes absolutamente indiscutíveis, é de levar muito a sério o alerta daquele grupo, que ontem vimos referenciado numa publicação de Maputo, o "mediaFAX".

As actuais conversações de Maputo são um seguimento das que durante mais de dois anos se efectuaram na comunidade romana de Santo Egidio, sendo a parte governamental chefiada por Armando Emilio Guebuza e a adversária por Raul Manuel Domingos.

Durante os primeiros cinco dias os trabalhos centraram-se numa coisa tão simples como as casas de que a Renamo poderá dispor na capital, para os 30 elementos das diversas comissões que irão levar à prática o Acordo Geral de Paz; enquanto isto, as comissões não são constituídas, não se arranca com o processo de separação das duas forças nem com a libertação de prisioneiros de guerra.

Como se considera que durante a chamada época das chuvas é muito difícil proceder a qualquer acto eleitoral em condições, se os moçambicanos não tiverem a possibilidade de ir às urnas até Novembro do próximo ano... só deverão ir mesmo lá para Abril ou Maio de 1994.

Nesta altura deveria ter sido já convocada para Roma uma conferência internacional de países doadores, que reunisse os fundos necessários para o processo de transição em Moçambique, designadamente para a reinserção social dos militares desmobiliza-

dos e dos refugiados desejosos de regressar às suas terras.

Mas ninguém sabe ainda quando é que a Itália o fará.

Oficialmente o conflito já cessou há algumas semanas, mas ainda não há a Comissão de Cessar-Fogo (CCF) prevista no Acordo de 4 de Outubro, para reduzir os riscos de incidentes, organizar operações de desminagem e verificar a exactidão dos dados fornecidos por Frelimo e Renamo quanto a pessoal, armamento e equipamento.

Se é sem uma grande animosidade que se vai debatendo a questão das casas, o azedume poderá voltar a surgir quando daqui a dias se analisarem as queixas de que houve violações ao cessar-fogo desde que, no dia 15 de Outubro, o mesmo entrou oficialmente em vigor, com a aprovação do Acordo Geral de Paz pela Assembleia da República.

A separação das forças de um e outro lado deveria ter terminado no dia 21, mas na prática ainda não começou; pelo que bem se poderá dizer que todo este processo está pelo menos com 15 dias de atraso.

O Governo já deveria ter dado à ONU uma lista dos 29 locais onde tencionaria reunir e acomodar os militares, fazendo a Renamo o mesmo quanto a 20 posições. Mas, neste como noutros pontos, o Acordo revelou-se pouco realista e mais apropriado ao querer da negociação do que às características dos beligerantes.

Até meados de Dezembro deveriam, em princípio, estar desmobilizados 20 por cento dos efectivos totais a desmobilizar pelas duas partes, mas muitos cépticos não acreditam que isto vá acontecer. Nem que até meio de Abril de 1993 termine por completo a desmobilização.

O que na verdade começou foi a retirada das tropas do Zimbabwe e do Malawi que estavam em Moçambique, a fim de proteger os acessos aos portos da Beira, do Maputo e de Nacala. Mas não se sabe ao certo se essa operação poderá ser concluída dentro dos próximos 20 dias, conforme meta previamente estabelecida.

Enquanto isto, os 13 réus acusados de envolvimento numa intentona anunciada o ano passado vão ser em breve amnistiados — anunciou em Maputo uma fonte judicial.

A amnistia poderá ser encarada como uma forma de a Frelimo sarar feridas internas, readquirir parte da unidade perdida e preparar-se para o confronto eleitoral que um dia — seja ele no fim de 93 ou já em 94 — terá inevita-